

Ministério da Educação cede à pressão de religiosos e destitui o Comitê de Gênero

(Brasil Post, 23/09/2015) Doze dias após criar o Comitê de Gênero, o Ministério da Educação cedeu às pressões da bancada religiosa e o alterou para o inespecífico Comitê de Combate à Discriminação. Mais uma vez, a pasta enfrentou o mesmo problema do Plano Nacional de Educação (PNE), que só foi aprovado na Câmara dos Deputados com a retirada da palavra “gênero” do documento.

O comitê, inicialmente, se propunha a atender a “necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero”, a adotar “conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero” e a promover “os direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência”.

Após a alteração, porém, suas responsabilidades relacionadas a questão de gênero foram extintas e as normas passaram a ser relacionadas à “igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, com o objetivo de promover “a cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade”.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 916, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

ANTES

Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

O art. 5º da Constituição, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - entendendo-se, aqui, inclusive as diferenças e diversidades entre mulheres e homens;

A necessidade de adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero; e

O papel fundamental da escola na constituição de uma cultura dos direitos humanos e de enfrentamento de toda forma de discriminação, inclusive as relacionadas a discriminações por gênero resolve:

Art. 1º Fica instituído Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Compete ao Comitê de Gênero:

I - propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais, com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência;

PORTARIA Nº 949, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

DEPOIS

Institui Comitê de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

O art. 5º da Constituição, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; ?

O papel fundamental da educação na constituição de uma cultura dos direitos humanos, de paz e de combate de toda e qualquer forma de discriminação; resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 916, de 9 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído Comitê de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Compete ao Comitê: ?

I - propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais relativos ao combate das diversas formas de preconceito, discriminação e violência;

Mesmo depois do MEC ceder às pressões, parlamentares das bancadas continuam insatisfeitos com a “insistência” da pasta em tratar da “ideologia de gênero” nas escolas. Uma comitiva formada por quatro deputados da bancada católica se reuniu com o ministro Renato Janine Ribeiro, na manhã desta quarta-feira (23) para criticar a conduta do órgão.

Segundo o deputado Eros Biondini (PTB-MG), o encontro com o ministro ocorreu para cobrar “coerência em relação ao PNE”. Flavinho (PSB-SP) argumentou que a inclusão do gênero no PNE está sendo uma constância nos estados. “É muito persistente a ação para que seja implantada a ideologia de gênero nos planos de educação contrariando o Legislativo, que já legislou sobre o tema e já deu um parecer contrário a ideologia de gênero nas nossas escolas.”

Os deputados também reclamaram com o ministro da postura do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), que se manifestou contra a alteração do comitê.

Em nota, o Ministério da Educação não explicou a alteração e afirmou que “dialoga constantemente para atender os pleitos de minorias. O trabalho realizado tem o objetivo de elaborar mecanismos de apoio contra toda sorte de discriminação e acompanhar políticas públicas voltadas para a proteção

dos direitos humanos”.

Segundo a pasta, foi neste contexto que se deu a criação de um Comitê de Combate à Discriminação, que centralizará todas as ações políticas nessa área. “Esta medida representa um avanço na articulação das ações de fortalecimento da inclusão e da diversidade, algo sempre reivindicado pelos militantes de direitos humanos.

De Grasielle Castro

Acesse no site de origem: [Ministério da Educação cede à pressão de religiosos e destitui o Comitê de Gênero \(Brasil Post, 23/09/2015\)](#)